

ÍNDICE

Nota prévia à 3ª edição	11
Nota prévia à 2ª edição	13
Nota prévia	17
Abreviaturas e siglas	21
PARTE I - DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	25
Secção I - O cumprimento como forma principal de extinção das obrigações	26
1. Preliminares	26
Secção II - Outros modos voluntários ou involuntários de extinguir as obrigações	31
2. Generalidades	31
3. Dação em cumprimento (“ <i>pro soluto</i> ”) e dação em função do cumprimento (“ <i>pro solvendo</i> ”)	35
4. Consignação em depósito	44
5. Compensação legal	47
6. Novação	53
7. Remissão	58
8. Confusão	61
9. Prescrição liberatória (ou extintiva)	65
Secção III - O cumprimento em geral	76
10. Os princípios fundamentais do cumprimento	76
11. A capacidade do devedor para o cumprimento e a capacidade do credor para a sua aceitação	84
12. O poder de disposição por parte do devedor	86
13. Legitimidade passiva para o cumprimento	87
14. Legitimidade ativa para o cumprimento	91
15. O lugar do cumprimento	96
16. O tempo do cumprimento	102
17. Imputação do cumprimento	116
18. Prova do cumprimento	117
19. As despesas do cumprimento	125
20. Regime de cumprimento das obrigações naturais	126
21. Regime de cumprimento das obrigações plurais (conjuntas e solidárias passivas)	133
22. Regime de cumprimento das obrigações plurais indivisíveis	143

23.	Regime de cumprimento das obrigações genéricas (de género ilimitado e de género limitado). O princípio <i>genus nunquam perit</i> e as diversas formas de concentração	146
24.	Regime de cumprimento das obrigações cumulativas, alternativas e com faculdade alternativa (em especial, a escolha da prestação e a impossibilidade originária nas obrigações alternativas)	154
25.	Regime de cumprimento das obrigações pecuniárias. O princípio nominalista nas obrigações de soma e as suas exceções legais e convencionais. As dívidas de valor	162
26.	Regime de cumprimento das obrigações de juros (em especial, as fontes, a natureza, a acessoriedade e a autonomia do crédito de juros). A proibição não absoluta do anatocismo	169
PARTE II - O NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES		173
Capítulo I — Regulação legal		174
Secção I — Preliminares		174
27.	Noção de incumprimento, sistemática legal e princípios fundamentais	174
28.	As variantes do incumprimento e as lacunas legais	178
Secção II - Prevenção do incumprimento e coerção ao cumprimento		184
29.	A coerção privada ao cumprimento, a exceção de não cumprimento do contrato e o direito de retenção	184
30.	A coerção pública ao cumprimento: da coerção preventiva, do cumprimento em espécie (por condenação/execução) e da coerção indireta por aplicação de sanção pecuniária compulsória. A cessão de bens aos credores como forma específica de prevenir a coerção pública direta	203
Secção III — Impossibilidade de cumprimento não imputável ao devedor		214
31.	Da “causa não imputável ao devedor”	214
32.	Caraterização da impossibilidade objetiva, absoluta, total e definitiva de cumprimento	219
33.	Caraterização e regime das impossibilidades subjetiva, relativa, parcial e temporária de cumprimento	221
34.	Regime da impossibilidade objetiva (e subjetiva equiparada), absoluta, total e definitiva de cumprimento nas obrigações unilaterais	233
35.	Regime da impossibilidade objetiva (e subjetiva equiparada), absoluta, total e definitiva de cumprimento nos contratos bilaterais obrigacionais e com eficácia real	237
36.	Caraterização e regime da impossibilidade de cumprimento por “frustração do fim da prestação” e por “realização por outra via do interesse do credor”	246
37.	Caraterização e regime da impossibilidade imputável ao credor	249
38.	O não cumprimento por mora do credor. Noção e requisitos desta mora. O regime da mora do credor: efeitos e cessação	255
39.	Caraterização e regime da impossibilidade de cumprimento por facto de terceiro e por cooperação com terceiro (eficácia interna ou externa do vínculo obrigacional?)	272
Secção IV — Incumprimento imputável ao devedor		285
40.	A responsabilidade obrigacional: preliminares	285

41.	Atípica responsabilidade obrigacional subjetiva e a obrigação de indemnização	287
42.	A atípica responsabilidade obrigacional objetiva do devedor e a hipótese mais importante do artº 800º do Código Civil	321
43.	O incumprimento total e definitivo imputável ao devedor e a sua tipologia. A recusa categórica, antecipada e ilegítima de cumprimento como conduta violadora específica	331
44.	Efeitos do incumprimento definitivo e total imputável ao devedor (maxime, nos contratos bilaterais)	358
44.1.	A indemnização compensatória (pelo “interesse contratual positivo”) sem resolução do contrato	360
44.2.	A tutela resolutiva: fundamentação, âmbito, exercício, eficácia e componente indemnizatória	365
44.3.	A tutela pelo exercício do direito ao “commodum” de representação	391
45.	A impossibilidade parcial e definitiva de cumprimento imputável ao devedor	393
46.	A impossibilidade de cumprimento por causas imputáveis a ambos os contraentes	396
47.	A mora do devedor	405
48.	Especialidades no incumprimento do contrato-promessa: O binómio execução específica-resolução do contrato	418
49.	Especialidades no incumprimento das obrigações fracionadas ( <i>maxime</i> , na venda a prestações)	441
50.	Especialidades no incumprimento de obrigações sobre bens futuros	451
51.	O cumprimento defeituoso em geral	453
Capítulo II — Regulação convencional		464
52.	Preliminares	464
53.	A cláusula resolutiva expressa	465
54.	Cláusulas de limitação, de agravamento e de possível exclusão de responsabilidade	479
55.	Da cláusula penal	497
PARTE III - DAS GARANTIAS DAS OBRIGAÇÕES (EM ESPECIAL, A GARANTIA GERAL)		511
Secção I — Da garantia geral		512
56.	O património do devedor como garantia geral do cumprimento e princípios fundamentais que regem essa garantia	512
57.	Os meios conservatórios da garantia patrimonial	517
57.1.	A declaração de nulidade	520
57.2.	A sub-rogação do credor ao devedor	521
57.3.	A impugnação pauliana	527
57.4.	O arresto	536
Secção II - Das garantias especiais		539

*Lições de Cumprimento e Não Cumprimento das Obrigações (3ª Edição Atualizada)*

58.	Visão de conjunto das garantias especiais e alusão tópica às garantias civis codificadas	539
	Bibliografia genérica nacional	553